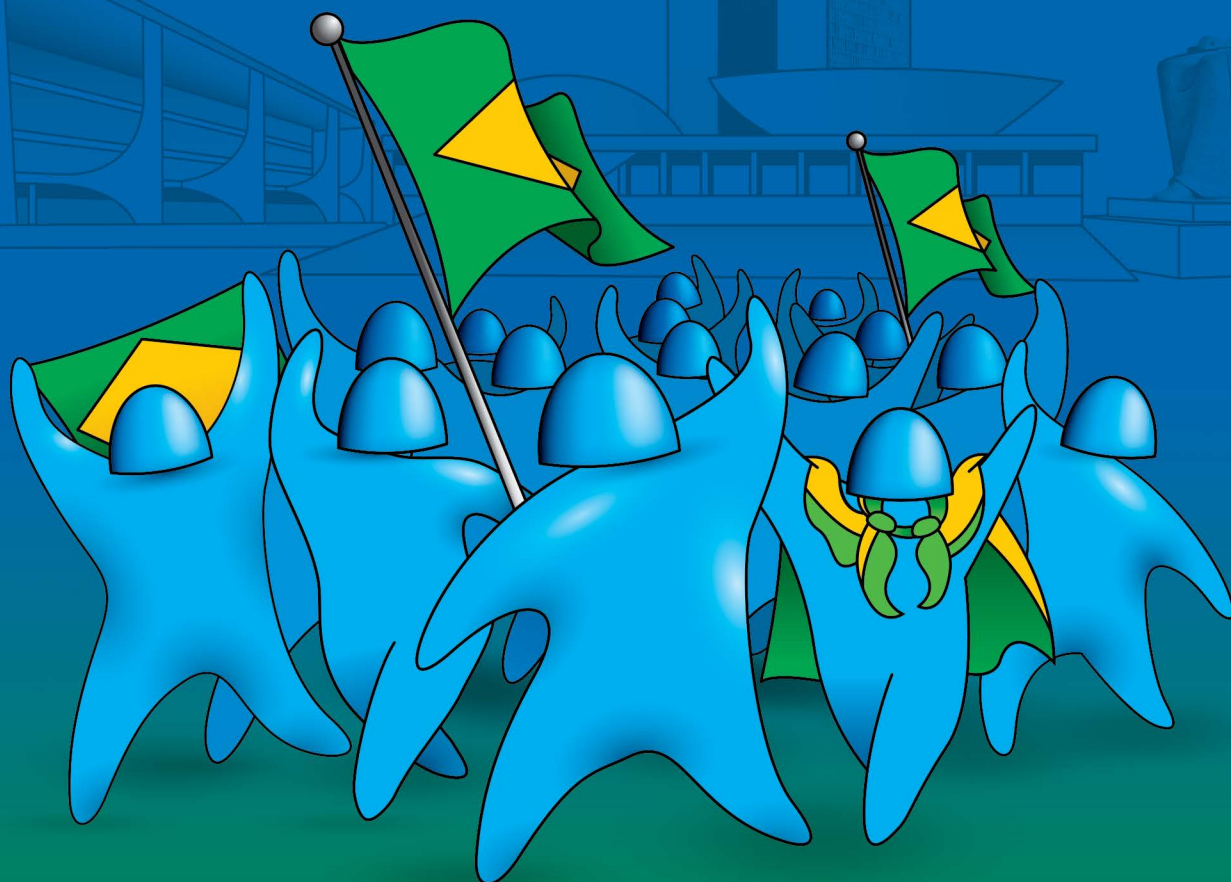


B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • abril de 2015



XVIII MARCHA A BRASÍLIA VAI PEDIR UM NOVO BRASIL

Nesta edição:

- Plano Municipal de Educação está longe de virar realidade
- Conheça toda a programação da *XVIII Marcha dos Municípios*
- Os problemas do Minha Casa, Minha Vida nos pequenos Municípios

XVIII Marcha

Maior evento municipalista da América Latina: 18 anos de lutas e conquistas

Há dezoito anos, o movimento municipalista promoveu o primeiro encontro de prefeitos na Capital Federal – liderado pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Apesar de a receptividade não ter sido incentivadora, pois foram recebidos pela tropa de choque da Polícia Militar no Palácio do Planalto ao tentar audiência com o presidente da República, o movimento ganhou força. De lá pra cá, todos os anos, gestores municipais do Brasil inteiro se reúnem, na *Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*, para apresentar suas reivindicações ao Congresso Nacional e ao governo federal.

A manifestação representa marco histórico e político. Pela primeira vez na história do Brasil, um movimento organizado de gestores locais faz reivindicações comuns e pede a elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A demanda foi atendida anos depois, em 2007. No entanto, diversas outras conquistas foram obtidas por meio das *Marchas* ao longo dos anos. A maioria delas representou mais recursos para a administração municipal e consequentemente melhor qualidade de vida para a população brasileira.

Só no aspecto econômico, o movimento municipalista foi responsável pelo acréscimo de R\$ 303.254.735.311,05 na receita municipal. Isso sem mencionar o espaço conquistado para diálogo internacionalmente e, dentro do governo federal e do Congresso Nacional, por meio da criação de grupos de trabalho para debater a pauta municipalista, como o Comitê de Articulação Federativa (CAF) e a Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado Federal.

Este ano, não poderia ser diferente. Milhares de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais gestores municipais se reunirão entre os dias 25 e 28 de maio, no Centro Internacional de Conven-

Principais Conquistas Municipalistas	Valor da Conquista
Alteração da Alíquota de Cofins que incidiria sobre o IR (1999-2014)	16.268.913.329,66
Fim da compensação da Cofins no IPI (2004 - 2014)	13.560.257.887,94
Paes (crédito FPM dezembro 2005)	742.223.616,24
Iluminação Pública (2003 - 2013)	41.931.086.598,31
Repasse do Salário-Educação (2004 - 2014)	45.970.508.630,43
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 - 2014)	7.251.801.502,70
Imposto sobre Serviço (ISS) 2004 - 2013	111.062.785.628,35
Transporte Escolar (2004 - 2014)	4.651.386.517,17
Merenda Escolar (2006 - 2014)	19.275.119.486,51
Municipalização - Imposto Territorial Rural (ITR) (2008 - 2014)	1.269.727.423,60
1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2014)	23.068.311.880,83
Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) (2009 e 2014)	6.540.349.168,09
Fundo Exportação (FEX) (2004 - 2014)	6.805.908.769,95
Repasses Extra do FPM (2009 - 2014)	4.197.686.310,33
Piso de Atenção Básica (PAB - (2014)	658.668.560,94
TOTAL	303.254.735.311,05

ções do Brasil (CICB). Ziulkoski já fez um alerta: “a *Marcha* é um movimento consolidado que tem nos dado ganhos importantes, mas é preciso ter cautela para fazer dar certo. Sempre digo aos prefeitos que não adianta vir à *Marcha* pensando que vão resolver os problemas. Não é assim. Entendo que a situação é complicada, mas é momento de buscar melhorias”.

Ele reconhece que os gestores municipais têm demonstrado maior interesse pelo evento. “As inscrições prévias já ultrapassaram as registradas nos anos anteriores”, sinaliza. Para facilitar o acesso às informações do evento, a CNM lançou um *hotsite*, vinculado ao seu portal. Nele estão disponíveis informações como: programação preliminar, material para downloads e notícias. O presidente da Confederação fala sobre a importância de participar do evento.

CONQUISTAS

- Apesar de muito gestores desconhecerem essa conquista, ela é responsável pelo maior nível de recursos financeiros. Por meio de projeto defendido pela CNM, foi criado o **Imposto sobre Serviços (ISS)** e ampliada a lista de serviços tributados. Ele é considerado o principal gerador de arrecadação tributária para os cofres municipais.
- A atuação da Confederação no Congresso Nacional evitou a aprovação de uma lei que permitiria às empresas compensarem o aumento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no pagamento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), o que impactaria no FPM.
- Outra importante conquista, que demonstra a atuação da entidade, é a partilha da **Contribui-**

ção de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) com os Municípios. Por meio de forte articulação, essa é a única contribuição que tem participação dos Municípios. Ela foi instituída pela Emenda Constitucional 42/2003 e prevê, pelo menos, 7,5% do montante para as prefeituras. Isso porque a parte dos Municípios é retirada do percentual destinado aos Estados.

- O apoio financeiro da União para o **Transporte Escolar** também foi obtido por meio de reivindicação da CNM. Durante a *VII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*, foi assinada a Lei 10.880/2004, que instituiu o **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate)**. A Confederação participou de toda a tramitação da lei no Congresso.

- **Repasse do Salário-Educação** – a partir de uma iniciativa do movimento municipalista, o projeto apresentado no Senado foi sancionado por meio da Lei 10.832/2003. Esta garantiu que os recursos do salário-educação chegassem efetivamente ao Município, evitando o “passeio do dinheiro” pelos cofres dos Estados.

- Depois de quase dez anos de reivindicações junto ao governo federal, em 2004, o valor aluno/dia transferido pela União aos Municípios foi ampliado de R\$ 0,13 para R\$ 0,15. Em 2005 o valor já foi elevado para R\$ 0,18 e em 2006 para R\$ 0,22. Por fim, no ano de 2010, foi estabelecido o valor de 0,30 centavos, que prevalece até hoje contemplando o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio.

- **Piso de Atenção Básica (PAB)** – depois de enorme pressão da CNM, na *XVI Marcha*, o governo federal anunciou um reajuste de R\$ 3,00 per capita no PAB Fixo. Este valor ajuda muito o gestor municipal nos seus gastos em Saúde. Ele é atualizado pelo IPCA acumulado no período para mensurar a conquista.

- **Fundo de Participação dos Municípios (CNM)** – a força do movimento municipalista já foi mais do que comprovada. Por meio das mobilizações lideradas pela CNM, o percentual do FPM já foi elevado duas vezes, além de ter obtido por duas vezes recursos extras repassados pelo Apoio Financeiro aos Municípios (AFM).

PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

DIA 25 DE MAIO DE 2015 – SEGUNDA-FEIRA

9h	Abertura do credenciamento		
	Sala de Reuniões	Área de exposições	Reuniões Paralelas
15h	Abertura da Assembleia-Geral Ordinária da CNM	Abertura da VII Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias	Fontes de arrecadação para o Município: ITR, Mineração e ISS
16h			Ações internacionais municipalistas: Um leque de possibilidades
17h			Projeto União Europeia – CNM: Mulheres Seguras

DIA 26 DE MAIO DE 2015 – TERÇA-FEIRA

	Palco principal	Reuniões Paralelas	
9h	Sessão Solene de Abertura <ul style="list-style-type: none"> • Presidenta da República – Dilma Rousseff • Presidente do Senado Federal – Renan Calheiros • Presidente da Câmara dos Deputados – Eduardo Cunha • Presidente da CNM – Paulo Ziulkoski • Ministros de Estado • Presidentes das entidades estaduais de Municípios • Diretoria da CNM 		
11h	A conjuntura municipalista – Paulo Ziulkoski		
14h			Financiamento e Plano Municipal de Educação
15h	Debate sobre Reforma Política: <ul style="list-style-type: none"> • Presidente da Comissão Especial da Reforma Política – Dep. Rodrigo Maia • Relator da Comissão Especial da Reforma Política – Dep. Marcelo Costa e Castro • Representantes dos Partidos 		Projeto União Europeia – CNM: Reinserção social do usuário de drogas
16h			Recursos Hídricos: ações de defesa à estiagem e enchentes
17h		Municípios sustentáveis: resíduos sólidos, mobilidade e cadastro ambiental rural	

DIA 27 DE MAIO DE 2015 – QUARTA-FEIRA

	Palco principal	Reuniões Paralelas
9h	O Pacto Federativo e o Congresso Nacional: <ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Senado Federal – Renan Calheiros • Presidente da Câmara dos Deputados – Eduardo Cunha • Líderes dos partidos políticos • Parlamentares federais 	Questões jurídicas de impacto nos Municípios
10h		Previdência social
11h		Judicialização da Saúde
12h		Desafios na gestão municipal da Assistência Social
14h	Mesa Federativa: <ul style="list-style-type: none"> • Prefeitos • Governadores • Governo federal 	VI Fórum de Contadores
15h		Oficina: compartilhando boas ideias para as receitas municipais
18h	Posse da Diretoria da CNM	

DIA 28 DE MAIO DE 2015 – QUINTA-FEIRA

	Palco principal	Reuniões Paralelas
9h	A força do Poder Legislativo local no Movimento Municipalista	Gestão Municipal: Municípios, Urbem e CidadeCompras
10h		Encontros Municipalistas das Regiões Brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul)
11h	Informes do Governo Federal	Encontro da Rede Municipalista
12h	Leitura da Carta da XVIII Marcha a Brasília Encerramento	Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial

XVIII Marcha

Conselho Político delibera temas prioritários

O Conselho Político da Confederação Nacional de Municípios (CNM) se reuniu no dia 14 de abril para tratar da *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, dirigiu a reunião no sentido de unificar a pauta a ser apresentada no encontro, marcada para os dias 25 a 28 de maio.

Ziulkoski iniciou os trabalhos com a informação de que as inscrições prévias para a *Marcha* ultrapassam os anos anteriores. Portanto, esta edição, provavelmente, baterá o recorde de participantes se o ritmo de inscrições se mantiver. Por isso, o presidente ressaltou que a pauta deve ser nacional, “com reivindicações de todos e com os problemas enfrentados por todos”. Apesar de que espaços adicionais serão voltados especialmente para temas regionais, como a seca, por exemplo.

“A *Marcha* é um movimento consolidado que tem nos dado ganhos importantes, mas é preciso ter cautela para fazer dar certo. Sempre digo aos prefeitos que não adianta vir à *Marcha* pensando que vão resolver os problemas. Não é assim. Entendo que a situação é complicada, mas é momento de buscar melhorias”, aconselhou o presidente da CNM.

Articulação com o Congresso

Paulo Ziulkoski deu destaque também para a presença das entidades estaduais nas ações com parlamentares, em especial pelo pacto federativo. “Se todas as semanas alguns de vocês viessem falar com seus líderes ficaria mais fácil para o movimento. É preciso fazer esta articulação política”, afirmou.

“Falamos sobre pacto há mais de 124 anos. Mas muitos ainda nem sabem do que se trata”. Para o presidente da CNM esta *Marcha* deve valorizar as discussões com os deputados e senadores, o espaço aberto no Parlamento. A ida dos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), à *Marcha* está confirmada. Foi pedido aos dois que convoquem os líderes



Ag. CNM

partidários das duas Casas para também irem ao encontro. “Queremos fazer com que os deputados e os senadores nos ouçam na *Marcha*”.

A ida dos congressistas ao evento depende da articulação dos prefeitos e dos vereadores, ressaltou a CNM. “Se a gente mobilizar o Congresso, a gente consegue boas votações. Temos pela primeira vez um bom momento para trabalhar com o Congresso”, completou Ziulkoski.

Muito além do Parlamento, o governo federal também precisa ser mobilizado, alertou o presidente da CNM. “Temos de ouvir o governo, como, por exemplo, sobre os Restos a Pagar. São R\$ 35 bilhões que a União deve aos Municípios e isso dá problema para vocês prefeitos que licitaram as obras. Isso é gravíssimo e tínhamos que dar prioridade a este assunto”, defendeu.

Luta pelos royalties

Em relação aos *royalties* de petróleo, todos sabem que a decisão sobre a validade da nova lei de distribuição igualitária está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). Não se trata de uma questão política. A Confederação, juntamente com as estaduais, devem apresentar durante a *Marcha* uma petição à suprema Corte.

O movimento municipalista buscará assinaturas que peçam a imediata votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que impede a justa distribuição dos *royalties*. O recolhimento de assinaturas será feito em conjunto, depende do trabalho de todos, acertou o Conselho. “Se os pre-

feitos quisessem, arrumariam cinco milhões de assinaturas”, afirmou Ziulkoski.

Será organizado um movimento para a entrega harmoniosa desta petição. “Vamos abraçar o Supremo porque é direito dos Municípios e é recurso direto pendente”, sugeriu o prefeito de Cumaru, Eduardo Tabosa, eleito 1º secretário da CNM. Haverá também tentativa de audiência com a ministra Cármen Lúcia, autora da Adin.

A palavra dos conselheiros

“Nós não aguentamos mais aceitar o governo dizer o aumento que temos que dar para os nossos servidores, como é o caso do piso dos professores”, disse o presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Juvenal Neto. “Temos que mostrar à população que os Municípios estão sendo sacrificados”, acrescentou o dirigente da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga.

A divisão do bolo tributário é, na opinião do presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (SP), Marco Rocha (SP), uma das prioridades. “Não nos resta outro caminho. Eles nos deram responsabilidades, então cadê o recurso para cumprir? O meu Município pode fechar as portas a qualquer momento”, contou. Para o presidente da Associação de Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, esta também é a reivindicação destaque. “Dividir a manutenção dos programas federais de acordo com a divisão do bolo tributário. Mostrar ao Parlamento que a gente vai estar com ele, desde que ele esteja com a gente”.

Unificar o discurso sobre a Reforma Política, a ampliação de receitas por meio do pacto federativo, priorizar a Educação, pautar a Previdência, a criação de uma rede municipalista e do Observatório Político, Resíduos Sólidos; consórcios; e a Criminalização no processo eleitoral foram outros temas abordados pelo Conselho Político.

XVIII Marcha

Renan Calheiros aceita convite de Ziulkoski e confirma presença na XVIII Marcha

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), confirmou presença na XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios. Ele recebeu o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, no dia 14 de abril, o qual fez o convite formal. Renan deve comparecer à Marcha no mesmo dia do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que na semana passada também confirmou a participação dele.

Renan e Cunha devem ir ao evento no dia 27

de maio para ouvir as reivindicações do movimento municipalista. A CNM pediu aos dois presidentes que levem com eles os líderes partidários. A ideia desta edição é levar o Congresso à Marcha, chamá-los ao debate, dar mais espaço para o diálogo com o Parlamento. E isso foi acertado pelo Conselho Político da CNM.

“A Marcha é um momento fundamental para que a gente possa discutir a agenda dos Municípios priorizada do ponto de vista do Congresso Nacional, recolher pontos de vista diferentes



para que a gente possa, com eles, nortear nossa atuação aqui no Congresso. Esse é o espírito com que nós recebemos a Marcha”, declarou Renan.

XVIII Marcha

Expectativas de dirigentes estaduais

Próximo à XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, os presidentes das entidades estaduais falaram das expectativas para o evento e da busca pelo apoio do Congresso Nacional para alcançar o pacto federativo, tema desta edição da Marcha.

“Em tempos de crise, ficamos procurando culpados, a origem da crise. Mas isso só não é resolutivo. É importante buscarmos soluções. E a gente sabe que a decisão política principal em relação à viabilidade dos Municípios brasileiros passa pelo Congresso Nacional. Então, o Congresso tem o poder de tomar decisões relativas ao pacto federativo e que isso devolva a autonomia e o equilíbrio aos Municípios brasileiros”.



Presidente da Associação dos Municípios de Pernambuco (Amupe), José Patriota.

“É uma Marcha que a temática está bem mais amadurecida. Nesta XVIII Marcha, dá pra gente entender que é necessário o diálogo. O diálogo agora será fundamental. E o Congresso se-

rá o espaço intermediário que nós encontramos. Vamos buscar essa aproximação. Sabemos que a crise está aí, está citada, dita, falada. É de conhecimento de todo o povo brasileiro. É preciso que os prefeitos de forma organizada, e por meio da CNM, possam buscar aquilo que queremos, mas, para isso, é necessário compartilhar com o Congresso Nacional”.



Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Expedito Nascimento.

“Pautamos aquilo que vamos levar para a Marcha e também as estratégias para que essa seja diferente de todas as que tivemos. Acredito que esta Marcha terá um rendimento superior a tudo por que passamos. É através de estratégias, conversações e diálogo que conseguiremos superar os obstáculos que os Municípios estão enfrentando. E para superar os obstáculos nada melhor do que nós conversarmos com o Parlamento e o governo e encontrar-

mos alternativas para resolver os problemas da municipalidade”.



Presidente da Associação Rondoniense de Municípios (Arom), Marinho da Caerd.

“Estamos vivendo um ano difícil de estagnação de receitas e aumento de despesas. Então essas alternativas criadas pela Marcha, como a de unir os esforços dos governadores para nos ajudarem a buscar os royalties de petróleo para os Municípios, serão importantíssimas para os Municípios. A Marcha é o fórum correto para fazer isto: mostrar as dificuldades dos Municípios. O prefeito é cobrado, mas nós não estamos tendo suporte para atender aos anseios, principalmente na área da Saúde e da Educação”.



Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Seger Menegaz.

Educação

Plano Municipal de Educação

Termina no próximo dia 24 de junho o prazo de um ano para os Municípios elaborarem seus planos de educação ou efetuarem as adequações necessárias nos planos existentes às metas e estratégias do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Esse prazo foi fixado pela Lei 13.005, que aprovou o PNE para a década de 2014 a 2024.

A elaboração do Plano Nacional de Educação levou quase quatro anos, quando somados uns seis meses para construção do Projeto de Lei 8.035, encaminhado pelo Executivo Federal à Câmara dos Deputados em dezembro de 2010, aos três anos e meio de sua tramitação no Congresso Nacional, até a sanção da Lei 13.005, em 24 de junho de 2014, pela Presidência da República.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM) é, pois, incompreensível que a Lei federal determine o prazo de apenas um ano para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação. Com o PNE sancionado durante a Copa do Mundo, disputada entre 12 de junho e 13 de julho de 2014, e às vésperas das eleições gerais de 2014, na prática, o prazo para elaboração dos planos de educação é menor, em torno de seis a nove meses.

Fica ainda mais evidente a irrazoabilidade desse prazo diante da complexidade do processo de elaboração dos planos de educação e da insuficiência das orientações até este momento prestadas aos Municípios.

A elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs) precisa fundamentar-se em três pontos essenciais: correta compreensão das metas e estratégias do PNE, diagnóstico da realidade educacional no Município e amplo debate com a sociedade local.

Nenhuma dessas tarefas é de simples execução. Para a coleta de dados, a fim de elaborar o diagnóstico da educação municipal, pode-se consultar o portal do PNE do Ministério da Educação (MEC), o Observatório do PNE do Movimento Todos pela

Educação, o site do Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (Inep/MEC), com dados do Censo Escolar, e o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cidades.

Também é necessário aprofundar o entendimento de que metas do PNE precisam corresponder a metas inscritas no PME, considerando-se a área de atuação dos Municípios na oferta da educação escolar.

Com certeza, o PME deve conter metas que correspondam àquelas do PNE relativas à educação infantil, ensino fundamental, educação especial, educação integral, alfabetização das crianças, melhoria da qualidade da educação básica, elevação da escolaridade média da população e da taxa de alfabetização da população adulta, educação de jovens e adultos no ensino fundamental, valorização do magistério, gestão e financiamento da educação, que são respectivamente as metas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 do Plano Nacional de Educação.

Mas e as outras cinco metas relativas ao ensino médio e técnico de nível médio (3 e 11) e à educação superior (12, 13 e 14), de responsabilidade dos Estados e da União? Como a lei municipal do PME pode determinar obrigações ao respectivo governo estadual e ao governo federal? É necessária a previsão dessas metas no PME? Se positivo, como fazer?

Da mesma forma, no caso da meta 20 do PNE, os Municípios não têm condições de estabelecer, individual e coletivamente, quanto devem aumentar seu investimento em educação a fim de contribuir para atingir a meta nacional de 7% em 2019 e 10% do PIB nacional em 2024.

Ao mesmo tempo, talvez seja oportuno lembrar que cada Município deve estimar os custos das metas previstas em seu PME e, se for o caso, levantar eventuais necessidades de aportes de auxílio financeiro das demais esferas da Federação.



Petal/BC

Especialmente deve prever os recursos federais que serão necessários à implantação do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e, posteriormente, do Custo Aluno Qualidade (CAQ), que deverá ocorrer em meio à vigência do PNE.

Mesmo em relação a metas que claramente correspondem a atribuições dos Municípios, não há clareza na forma como devem ser previstas nos PMEs. Por exemplo, a meta 1, relativa à educação infantil, refere-se à universalização da pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos até o ano de 2016, em consonância com a Emenda Constitucional 59/2009 e à ampliação da oferta de creches para atendimento de no mínimo 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PNE, ou seja, até 2024.

De fato, quando uma meta é 100% no país, deve ser 100% em cada Unidade Federada e em todos os Municípios. É o caso do atendimento das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola até 2016. Também da meta de universalização do ensino fundamental para a população dos 6 aos 14 anos.

Entretanto, como devem ser tratadas no PME as metas cujo percentual a ser atingido nacionalmente não é 100%? É o caso do mínimo de 50% de atendimento em creches, na meta 1, e do mínimo de 50% das escolas públicas e do mínimo de 25% dos alunos da educação básica com oferta de educação em tempo integral, na meta 6.

Dois raciocínios lógico-dedutivos podem ser feitos: na meta da creche, por exemplo, ou é no

o: desafios e oportunidades

mínimo 50% de atendimento em cada Município ou, então, os Municípios têm metas diferenciadas, conforme suas características próprias e necessidades, de forma que o país atinja o mínimo de 50% como meta nacional.

Cabe lembrar que, ao criar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2007, o MEC fixou metas nacionais, mas também metas diferenciadas para as Unidades Federadas, redes de ensino e escolas públicas de ensino fundamental no país.

Nesse contexto, a CNM concorda com a posição da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase) do MEC, divulgada na publicação “O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações”. Nela, a Sase expõe que todos os Municípios devem alcançar o atendimento de 100% das crianças de 4 e 5 anos até 2016, “independentemente do ponto de partida de cada um”. Mas que, no caso da creche, “o ponto de chegada poderá não ser o mesmo para todos os Municípios, embora todos tenham de contribuir para que a média nacional alcance os 50% previstos no PNE”. “Sempre em colaboração com o Estado e com a União”, acrescenta a Secretaria.

Entretanto, a CNM entende que o reconhecimento de que a meta de no mínimo 50% de crianças atendidas em creche não se aplica linearmente a cada um dos Municípios brasileiros pressupõe uma maior orientação aos gestores municipais sobre como calcular as metas diferenciadas por Município, de forma a assegurar o atingimento da meta nacional.

Diante dessas indefinições e insuficiências, é com surpresa e preocupação que a CNM tomou conhecimento da informação divulgada pela Sase em fevereiro, segundo a qual a partir de julho deste ano o plano de educação em vigência passa a ser condição para Estados, Distrito Federal e Municípios terem acesso aos recursos federais do Plano de Ações Articuladas (PAR).



Segundo o levantamento divulgado no portal da Sase sobre o PNE, no início de abril, dos 5.570 Municípios brasileiros, apenas 56 têm instituído o PME por lei em vigência. Outros 14 aprovaram a lei do PME, mas ela ainda não foi sancionada; 67 Municípios enviaram o Projeto de Lei (PL) à Câmara de Vereadores; 64 elaboraram o PL, mas ainda não o enviaram ao poder legislativo local; 179 fizeram consultas públicas; 714 elaboraram o documento-base; 1.602 concluíram o diagnóstico; 2.470 constituíram a comissão coordenadora; e 404 ainda não iniciaram o trabalho de adequação ou elaboração do PME.

Para a CNM, esses números não são surpreendentes, pois sinalizam as dificuldades dos Entes federados em elaborar seus planos de educação. A Confederação reconhece o trabalho realizado pela Sase/MEC de assessoria técnica aos Municípios para a elaboração dos PMEs. Apesar disso, entende que ainda faltam muitas instruções quanto aos critérios que cada Município deve considerar para elaborar seu plano, a partir de um correto diagnóstico da realidade local e com a necessária participação e debate público.

Em defesa dos interesses municipalistas, a CNM alerta que se não forem adotadas novas

medidas concretas de assistência aos gestores educacionais, será quase impossível que a maioria das administrações municipais cumpra o prazo estabelecido pela Lei do PNE. Ao mesmo tempo, a Confederação não concorda com a aplicação de sanções, como a suspensão de repasses de recursos financeiros relativos a transferências voluntárias da União aos Municípios.

Por fim, a CNM orienta os gestores municipais para que tomem as iniciativas necessárias à elaboração dos PMEs, pois planejamento é condição imprescindível para uma boa gestão pública. Apesar das limitações criadas pelo prazo fixado pela Lei do PNE, as administrações municipais podem aproveitar essa oportunidade para planejar a expansão da oferta e a melhoria da qualidade da educação municipal. A CNM sugere aos Municípios que, por um lado, não deixem ao menos de enviar à Câmara de Vereadores o projeto de lei do PME até o final de junho deste ano.

Por outro lado, encaminhem o PL que for possível de construir na perspectiva de corroborar com a gestão educacional no Município. De nada adianta um PME que simplesmente transcreve de forma literal as metas do PNE e, no máximo, faz adaptações de algumas das estratégias do plano nacional.

Convênio CNM/Sebrae

Dia Mundial da Saúde é marcado por falta de vacinas e aumento de caso de dengue

O dia mundial da saúde, celebrado em 7 de abril, foi marcado por falta de vacinas nos postos de saúde e pelo aumento de casos de dengue no Brasil.

Das 27 vacinas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde aos diversos Municípios brasileiros, pelo menos seis estão em falta. A carência das ferramentas de imunização já atinge os Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rondônia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Tocantins, Pará e Distrito Federal. O material em falta seria utilizado para combater doenças como a febre amarela, tuberculose e caxumba.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM)

entrou em contato com o Ministério da Saúde (MS) que se manifestou por um comunicado em que relata o não atendimento regular de demandas estaduais mensais das vacinas BCG, Dupla Adulto, Tetra Viral, HIB (*Haemophilus Influenza* Tipo B), Febre Amarela, e raiva. As justificativas são desde a elaboração e finalização de contrato de aquisição (situação que acomete o imunizante da raiva); descumprimento do cronograma de entrega pelo laboratório, sendo isto no caso da vacina contra a Febre Amarela. No caso da BCG, houve somente o envio de 50% da média mensal de repasses aos estados em razão de problemas na produção e redução do quantitativo fornecido

por Laboratório contratado. A Dupla Adulto teve no mês de fevereiro somente o repasse de 50% da média mensal, por conta da liberação do termo de guarda pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por melhoria de qualificação do fármaco por este órgão. Isto também aconteceu com Tetra Viral, que teve repasse de somente 30% de média mensal devido a qualificação desta vacina por parte da Anvisa.

Dengue – Segundo dados do Ministério da Saúde (MS), até 7 de março, foram notificados 224,1 mil casos de dengue no país. O aumento é de 162%, comparado ao mesmo período do ano passado, quando foram registrados 85,4 mil casos.

Convênio CNM/Sebrae

Fatos e Mitos da Lei Geral

Fruto de convênio CNM/Sebrae, o Portal do Desenvolvimento criou o espaço Fatos e Mitos sobre a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. É uma seção no *site* que responde de forma direta e simplificada a questões como “o produtor rural pode se formalizar como MEI?”. As perguntas são divididas pelas categorias: Desburocratização, MEI e Compras Públicas. A seção está disponível no menu do Portal do Desenvolvimento Local (portaldodesenvolvimento.org.br). Confira a seguir algumas das respostas que você encontrará.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A legislação pode dispensar exigência de Habite-se para formalização do MEI?

R: Sim. Conforme a Lei Complementar 147/2014 (art. 7o, inc. I), o MEI e MPE localizados em áreas que não foram devidamente regularizadas poderão exercer suas atividades, mesmo não possuindo habite-se ou desprovidas de regularização fundiária.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Produtor rural pode se formalizar como MEI sem perder benefícios?

R: Sim. O entendimento do Ministério da Previdência Social é o de que o produtor rural, ao se inscrever como MEI, não deve perder os benefícios adquiridos. Porém, para que isso aconteça é preciso inserir novas atividades na lista das permitidas para o Microempendedor Individual.

Ao se registrar como MEI, a pessoa perde automaticamente o benefício da Bolsa Família?

R: Não. O desenquadramento do Programa Bolsa Família só ocorrerá por ocasião do recadastramento ou por iniciativa da pessoa, ao se constatar que a atividade do MEI está produzindo uma renda que o desenquadre da condição de beneficiário deste programa.

A pessoa aposentada por invalidez, ao se formalizar como Microempendedor Individual, perde a aposentadoria?

R: Sim. O aposentado por invalidez que retorna ao trabalho como MEI é considerado recuperado e apto ao trabalho.

COMPRAS PÚBLICAS

A Micro e Pequena Empresa tem que declarar seu enquadramento para poder gozar dos benefícios na licitação?

R: Sim. A comprovação de enquadramento como MPE ou MEI para ter acesso aos benefícios previstos na legislação deve ser definida no Edital ou em Carta-Convite das licitações. São vários os documentos que podem ser solicitados para essa comprovação, tais como declaração das próprias empresas, contrato social, comprovação de opção do Simples Nacional, entre outros.

Saiba mais: <http://www.portaldodesenvolvimento.org.br>
Entre no *menu* e vá até a opção “Fatos e Mitos”

Institucional

Confederação apresenta propostas para reforma do pacto federativo

Na tarde do dia 14 de abril, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, participou de audiência pública como palestrante na Câmara dos Deputados. O intuito era apresentar aos parlamentares e aos demais membros da comissão especial as propostas da entidade para a reformulação do pacto federativo.

Para a abertura da exposição, Ziulkoski contou brevemente a história da municipalização das políticas públicas. Com o passar dos anos, o que se nota é que os Entes federados foram ganhando cada vez mais competências e responsabilidades. Contudo, os recursos não acompanham proporcionalmente o processo.

Esse foi o ponto de partida para explicar os motivos que levam à atual crise dos Municípios. Durante sua fala,

o presidente relatou que aproximadamente 70% dos problemas financeiros vivenciados pelos Municípios estão relacionados a convênios firmados com a União.

Ziulkoski lembrou que nos últimos anos o Planalto criou uma série de programas sociais, como o Programa Saúde na Família (PSF) e o ProlInfância, executados por meio de convênios com as prefeituras. As responsabilidades são compartilhadas entre os dois Entes. Todavia, os custos de execução do programa ficam em maior parte com a prefeitura.



Viabilidade financeira

O dirigente da entidade explicou que a situação dos Municípios brasileiros é dramática e merece a devida atenção do parlamento. “Nós queremos orientar os prefeitos e as prefeitas para que façam uma boa gestão. E, se preciso, até devolver alguns programas federais, porque os gestores não estão dando conta mais”, desabafou.

Presidente da comissão, o deputado Danilo Forte (PMDB-CE) concordou com o posicionamento da CNM. “O que antes vinha para melhorar a qualidade de vida do povo está trazendo mais prejuízos aos brasileiros”, disse Forte sobre a situação dos atuais programas do governo federal.

Uma das formas de amenizar o peso da manutenção dessas iniciativas, na avaliação de Ziulkoski, seria assegurar a correção anual pela inflação. “Os valores que o governo repassa aos Municípios para manter os programas são praticamente os mesmos de quando eles foram criados, não são corrigidos há anos. Esse é o ponto principal”, frisou.

Pisos salariais

Durante sua apresentação, o presidente também abordou o impacto que a criação de pisos salariais exerce no orçamento municipal. Ele trouxe como exemplo o reajuste do Piso do Magistério, fixado em pouco mais de 13% para o ano de 2015. Segundo Ziulkoski, o valor obtido com o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será quase em sua totalidade utilizado para cobrir essa nova despesa.

Situação parecida está prestes a acontecer com os enfermeiros na atualidade. O Projeto de Lei (PL) 4.924/2009, em tramitação, estabelece um piso salarial para a categoria equivalente a 10 salários mínimos. A possível apreciação do PL preocupa muitos gestores municipais.

Isso se deve ao fato de que o pagamento do piso será efetuado integralmente pelas prefeituras, que já enfrentam uma severa situação de crise. O presidente destacou que a Confederação não é contrária à aprovação de nenhum piso e acredita na valorização desses profissionais. Porém, é necessário que o governo federal defina as fontes de custeio.

Propostas

Como parte do encerramento de sua fala, Ziulkoski apresentou algumas propostas da entidade para melhorar a arrecadação dos Municípios. O que, conseqüentemente, aliviaria os efeitos da crise. Dentre elas, constam: a correção dos repasses advindos do governo aos programas sociais; a reformulação da Lei do Imposto sobre Serviços (ISS); a normalização do FPM e mais autonomia municipal.

Encaminhamentos

O deputado André Moura (PSC-SE), relator da comissão, disse que pretende apresentar aos prefeitos de todo o país um esboço do seu parecer antes da *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*. A expectativa é que esse documento traga um novo modelo de repartição de recursos e competências entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Desenvolvimento Urbano

Minha Casa, Minha Vida: identificados problemas em pequenos Municípios

Atrasos nas obras, problemas com repasse de recursos, utilização de trabalho informal. Essas são apenas algumas das deficiências identificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) em relação a obras do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com ênfase na categoria Sub 50 mil/habitantes, que contempla pequenos Municípios. Esses problemas e outros demais também são alertas feitos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que, além de apontar as falhas, defende algumas mudanças no programa.

Para entender melhor a questão, antes de saber sobre a análise da CGU, a CNM apresenta o resultado das apurações feitas pela entidade. Por exemplo: a primeira seleção de pequenas prefeituras a serem contempladas pelo Minha Casa, Minha Vida Sub 50 mil ocorreu em 2009. Naquele ano, 3.763 Municípios apresentaram propostas e 2.079 foram selecionadas. Então, para essas, o governo federal aportou R\$ 1 bilhão, que permitiu a contratação de 63.772 unidades. Desse total, foram entregues até o momento 62% ou 40.002 unidades.

Mas o pior dos cenários ocorreu na seleção feita em 2012. Naquele ano, 4.042 Municípios apresentaram propostas e somente 2.582 foram selecionados. Mais uma vez, o governo federal aportou um montante de R\$ 2,3 bilhões e contratou 103.093 unidades habitacionais. O problema está na quantidade que foram entregues até o momento (três anos depois), apenas 6% ou 17.908 casas.

Metas descumpridas – O PMCMV Sub 50 mil não atingiu a meta de 220 mil residenciais destinadas para os pequenos Municípios. Até abril deste ano, apenas 166 mil unidades tinham sido contratadas – déficit de 25% de unidades não contratadas e sem previsão de contratação. Para agravar ainda mais a situação, o governo federal cancelou a seleção de 2013. Com isso as prefeituras menores estão há mais de três anos sem con-

tratar pela modalidade oferta pública de recursos. E, ainda, o governo federal tem atrasado o repasse de recursos para a conclusão das obras contratadas anteriormente.

Com os números nada positivos, principalmente os da seleção de 2012, a CNM buscou entender o que tem contribuído para o baixo índice de entrega com qualidade das unidades. As respostas vieram da auditoria da Controladoria Geral da União ao PMCMV-Sub 50 mil/habitantes.

A CGU identificou: problemas construtivos e da não entrega de serviços contratados e pagos, como reboco, pintura, forro, vidros, entre outros; ocorrência de atrasos nas obras; atraso do governo em repassar os recursos; trabalho informal na maioria das obras (trabalhadores sem registro e sem equipamentos de proteção); risco patrimonial do governo ao antecipar recursos a instituições e agentes financeiros sem qualquer garantia. Vide quebra do Banco Morada; ganhos financeiros in-



Pref. de Itaipava

devidos dos bancos e agentes financeiros com os recursos antecipados e não repassados para as construtoras (*floating*).

Parte desses problemas ocorreram em virtude das fragilidades dos normativos e à falta de atuação e capacidade técnico-operacional da maioria das instituições e agentes financeiros em função da deficiência na supervisão do Ministério das Cidades sobre esses agentes.

Defesas da CNM – Programas específicos que atendam às necessidades habitacionais dos pequenos Municípios são sempre defendidos pe-

Recomendações da CGU

Depois da auditoria, o Ministério das Cidades, responsável pelo PMCMV, recebeu recomendações da CGU. A Controladoria alertou sobre a necessidade de implantação de melhores mecanismos de gerenciamento da modalidade Oferta Pública. Isso para que a pasta seja capaz de identificar situações de risco e utilizar controles internos adequados para responder com eficiência e efetividade às situações de risco.

As recomendações da CGU podem minimizar dificuldades como os atrasos nos cronogra-

mas de repasse e paralisações. Esses problemas impactam os Municípios de diferentes formas, destaca a CNM. Os impactos são, por exemplo: abandono de obras, o que gera furtos e deterioração; ocupações irregulares; custo não previsto com segurança de obra; indefinição e insegurança de continuidade do programa; reclamações junto ao Ministério Público, Defensoria e mídia; pressão popular aos gestores municipais; e aumento do desemprego em função da redução da atividade comercial e o mais importante são as famílias que não estão sendo atendidas pelo programa.

la CNM. Por isso, após analisar os resultados da auditoria da CGU, a entidade tem apresentado ao Ministério das Cidades propostas de aperfeiçoamento do PMCMV, em especial para a modalidade Sub 50 mil.

Para a CNM, dever haver inicialmente a revisão dos valores de subsídio da unidade habitacional aderente a exigência das especificações técnicas; a revisão dos valores de enquadramento limite das faixas de renda; a desburocratização para a contratação de pequenas construtoras e instituições financeiras em Municípios com população até 50 mil habitantes não localizados em Regiões Metropolitanas e a ampliação e cumprimento da meta de produção habitacional destinada aos Municípios com população até cinquenta mil habitantes.

O Ministério das Cidades precisa ainda implementar critérios adequados aos pequenos Muni-

cípios. Os critérios atuais são absurdos, considera a CNM. Como os de acesso a recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) pelos pequenos Municípios a partir do ano de 2013.

A CNM lembra que foi a presidente da República, Dilma Rousseff, durante a realização da *XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que anunciou naquele momento que os pequenos Municípios poderiam acessar recursos do FAR. Na oportunidade, foi esclarecido que os Municípios com população com menos de 50 mil habitantes teriam acesso ao PMCMV/Empresas/FAR sem necessidade de seleção pública e que este acesso contribuiria para o atendimento das necessidades habitacionais. Na prática, menos de 1% dos pequenos Municípios não inclusos em

Regiões Metropolitanas conseguiram contratar pelo FAR em razão dos critérios inadequados impostos pelo governo federal.

Outra recomendação seria a implantação de transferências de repasses habitacionais através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) direto aos fundos municipais, uma vez que o governo obrigou os Municípios ligados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) a criarem os fundos e nunca realizou transferências intrafundos e pouco tem contribuído para auxiliar os Municípios a sanarem as pendências no Sistema, além de não disponibilizar canais e estratégias de apoio técnico aos governos locais para melhorar a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida nos Municípios.

Finanças

Mais de 70% dos programas federais estão subfinanciados

Na apresentação de Ziulkoski, um dado chama a atenção. Atualmente, “70% dos problemas financeiros enfrentados pelos Municípios têm relação com convênios firmados com o governo federal”, disse. Na explanação da CNM, Ziulkoski mostrou aos integrantes da Comissão que essa é uma dificuldade que precisa ser enfrentada para tirar as prefeituras do sufoco. “Os valores não são corrigidos há anos. Esse é o ponto principal”.

Paulo Ziulkoski defendeu a correção anual, pela inflação, dos repasses da União para custeio de programas sociais, hoje subfinanciados. O presidente citou exemplos como o Programa Saúde da Família e o ProInfância, que constrói creches, mas não repassa recursos para mantê-las. Outro ponto abordado foi a transformação

dos programas em leis definitivas, “assim como ocorreu com os agentes comunitários de saúde”, disse.

Colegiado – Esta foi a primeira audiência promovida pela Comissão do Pacto, que ainda ouvirá os ex-presidentes da República, como Lula e FHC. O grupo tem o desafio de propor nova forma de divisão do bolo tributário e das atribuições impostas a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Para Ziulkoski, a “divisão vigente é insustentável e impõe dificuldades insuperáveis às prefeituras”, ressalta a *Agência Câmara*. “Os Municípios continuam convivendo com excesso de competências e escassez de recursos financeiros”, completou o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), integrante do colegiado.



Contabilidade

Pesquisa da CNM identifica dificuldade de Municípios

A dificuldade que muitas prefeituras encontram para inserir os dados contábeis no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi constatada por meio de um estudo promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A entidade realizou uma pesquisa com 3.607 Municípios entre outubro de 2014 e janeiro de 2015 para analisar a situação da implantação do PCASP nos Entes federados.

O estudo apontou que, do universo pesquisado, 2.461 Municípios fizeram a implantação do PCASP. Outros 1.102 Municípios afirmaram que não implantaram. O número representa 30,6% das prefeituras pesquisadas.

O percentual bastante representativo é uma preocupação da CNM, principalmente por conta da Portaria 634/2013 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que estabeleceu que todos os Entes deveriam ter adotado o sistema em 2015. O prazo termina no dia 30 de abril. Os Municípios que não estiverem com o PCASP implantado não receberão recursos de transferências voluntárias e também não poderão celebrar novos convênios.

No estudo, a apuração de informações patrimoniais para adaptação aos novos procedimentos foi a principal dificuldade apontada pelas administrações municipais – indicada por aproximadamente 50% dos entes participantes. As demais dificuldades citadas, em sequência, são: adaptação das rotinas contábeis para o PCASP, apontada por 45%; e correspondência entre as contas do antigo plano para o PCASP, citada por 34%.

Controle patrimonial – O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público tem como uma das características o destaque para as informações patrimoniais. Com isso, torna-se necessário que os

Entes tenham um enfoque para o controle patrimonial. Dessa forma, o patrimônio público estará devidamente mensurado. Tendo em vista que as rotinas patrimoniais são novidades para muitos Municípios, justifica-se o fato de 1.792 Entes terem apontado a apuração de informações patrimoniais como o principal desafio.

Como a Contabilidade é um ponto central para o registro dos atos da gestão municipal, a simples adoção do PCASP não garante o funcionamento normal das rotinas contábeis. Assim, a implantação dele requer a adequada customização das



Banco de imagens

rotinas para o novo plano de contas. Dois outros desafios estão intimamente envolvidos: a revisão dos procedimentos contábeis praticados pelo Ente e o “de – para” do antigo plano de contas para o novo. Com “de – para” corretamente feito, a tendência é que as rotinas de encerramento sejam menos traumáticas.

VI Fórum de Contabilidade da CNM

Contadores e gestores que tiverem dificuldade em inserir os dados no PCASP ou dúvidas sobre o sistema também poderão pedir pessoalmente esclarecimentos aos técnicos da Confederação. A oportunidade será durante a *XVIII Marcha Brasília em defesa dos Municípios*, marcada para o período de 25 a 27 de maio. Na ocasião, a CNM vai promover no dia 27 de maio o Fórum de Contadores. No encontro, gestores e palestrantes poderão interagir sobre o uso do PCASP e outros temas.

O início das palestras está previsto para as 14h e terá duração de 4 horas. Estão confirmadas as presenças da Contadora Geral do Município de Belo Horizonte; Lucy Freitas; do Secretário-Executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI/SC), José Rafael Corrêa; e da professora de contabilidade pública da Universidade de Brasília, Diana Vaz de Lima. O acesso é gratuito para os contadores que participarem somente do Fórum.

Confira os assuntos que serão discutidos:

- preocupações da implantação referente às novas normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP), por Lucy Freitas – contadora geral do Município de Belo Horizonte;
- preocupações referentes às contabilizações dos consórcios públicos municipais, por José Rafael Corrêa – secretário-executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI/SC);
- impacto do novo PCASP na apuração de informações orçamentárias, por Diana Vaz de Lima – professora de Contabilidade Pública da Universidade de Brasília.

Para ajudar a dirimir as dúvidas de contadores e gestores sobre o PCASP, a CNM disponibiliza técnicos que prestam informações por *e-mail* e telefone. Os interessados podem entrar em contato pelo *e-mail*: contabilidade.municipal@cnm.org.br ou pelos telefones (61) 2101-6070 ou (61) 2101-6002.